

DEMOCRACIA EM PERSPECTIVA E A RELAÇÃO COM O CAPITALISMO:

dilemas da democracia participativa no Brasil

Everkley Magno Freire Tavares¹
Fernando Augusto Semente Lima²
Esaú Castro de Albuquerque Melo³
João Bosco Araújo da Costa⁴

RESUMO

O principal objetivo do artigo é responder quais as contradições impostas pelo capitalismo à democracia. O percurso metodológico atravessa o campo analítico da teoria democrática, à luz das contribuições de Bobbio, Dahl, Pateman, Sartori, Schumpeter. Há uma perspectiva hegemônica e contrahegemônica da democracia no capitalismo travadas pelas disputas do poder social e econômico entre as classes sociais no processo histórico. No contexto do capitalismo a concentração de riqueza e desigualdades tende a minar os princípios democráticos de igualdade de oportunidades, representação política igualitária e participação cidadã efetiva. A crítica à concepção hegemônica da democracia representativa liberal construída no capitalismo é urgente e o materialismo histórico necessário para perspectivizar a democracia além das contradições impostas pelo capitalismo.

Palavras-chave: Capitalismo. Democracia. Participação política.

ABSTRACT

The main objective of the article is to answer the contradictions imposed by capitalism on democracy. The methodological course crosses the analytical field of democratic theory, in the light of the contributions of Bobbio, Dahl, Pateman, Sartori, Schumpeter. There is a hegemonic and counter-hegemonic perspective of democracy in capitalism designed by the disputes of social and economic power between the social classes unleashed in the historical process. In the context of capitalism, the concentration of wealth and inequalities tends to undermine the democratic principles of equal opportunity, equal political representation, and effective citizen participation. The critic of the hegemonic conception of liberal representative democracy designed by capitalism is urgent and historical materialism is necessary to put democracy in perspective beyond the contradictions imposed by capitalism.

Keywords: Capitalism. Democracy. Political Participation.

⁴ Professor Titular de Sociologia Política do PPGCS da UFRN - joaobac58@gmail.com













¹ Professor Substituto do Instituto de Políticas Públicas – IPP da UFRN, Cientista Social e doutorando em Ciências Sociais pelo PPGCS da UFRN – everkleymagno@gmail.com

² Professor do Instituto Federal de Pernambuco IFPE, Cientista Social e doutorando em Ciências Sociais pelo PPGCS da UFRN - fernandosemente@gmail.com

³ Assistente em Administração da UFERSA, Bacharel em Direito e doutorando em Ciências Sociais pelo PPGCS da UFRN - esau.castro@ufersa.edu.br



1 INTRODUÇÃO

Ao colocarmos a democracia em perspectiva, segundo Bobbio (2000), devemos historicizar as diferentes manifestações democráticas desde as sociedades antigas, ou seja, não podemos pensar os sujeitos democráticos na atualidade sem a consideração das circunstâncias históricas e sem um juízo comparativo (BOBBIO, 2000, p. 31). É desta forma, pois, que podemos perspectivizar a democracia problematizando as diferentes regras que estabeleceram nas sociedades históricas o ideal de democracia. Além da participação ativa de indivíduos ou mesmo de um pequeno grupo na tomada de decisões que afetam a vida pública e que hajam procedimentos para tal intento, é preciso que os sujeitos democráticos que sejam chamados a decidir o sejam capazes de fazer em condições de liberdade, igualdade e equidade, diante de alternativas, condição importante para que se possam escolher livremente entre uma ou outra alternativa. Esse princípio revela o grande intricamento entre o Estado democrático e o Estado Liberal no capitalismo: A prova histórica desta interdependência está no fato de que Estado liberal e Estado democrático, quando caem, caem juntos (BOBBIO, 2000, p. 33).

Nessa linha de pensamento, adverte Castells (2018) as contradições da democracia no capitalismo global são direcionadas não ao ideal da democracia, mas em relação à democracia liberal, sobretudo diante das desconfianças nas instituições de representação política e nas relações entre governantes e governados. A crítica da perspectiva democrática liberal ao sentido proposto pelos clássicos se assenta na operacionalidade da máxima participação popular na democracia (DAHL, 2012; PATEMAN, 1992). A participação dos sujeitos democráticos será sempre uma forma de resistência às expressões de centralização do poder político, do poder econômico e do autoritarismo no campo político decisório.

Além disso, no contexto de ataques à democracia participativa com o advento de formas populistas e do totalitarismo, há uma crescente necessidade de busca da eficácia política da participação democrática (DAHL, 2012; SANTOS, 2002;















SARTORI, 1994). Essa tendência cria um espectro ideológico que reforça o sentido de negação a ampla participação popular e política dos diferentes atores e segmentos da sociedade civil. Uma expressão do elitismo político que notabiliza a política como uma atividade de poucos ou centralizada nas elites enquanto um posicionamento de classe (BOBBIO, 2000; PATEMAN, 1992; SCHUMPETER, 1984).

No campo da teoria democrática, há aqueles que bradam que a democracia moderna é a única forma de governo alinhada ao capitalismo. Na perspectiva da crítica marxista de Ellen Wood (2003) e David Harvey (2018) o capitalismo e a democracia são incompatíveis, sinalizando que a passividade dos sujeitos políticos, o formalismo democrático, o exercício por um governo do povo mediante representação, com a expropriação do cidadão por meios econômicos são contradições reforçadas pelo capitalismo em seu desenvolvimento, revelando as crises da democracia moderna. Atravessando as premissas da teoria democrática, o artigo em tela, buscará responder quais as contradições impostas pelo capitalismo a democracia, dialogando também com os apontamentos chave de Wood (2003) na obra Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico, e de Harvey (2018) 17 Contradições e o fim do capitalismo, propondo na democracia participativa uma possibilidade de contraposição à democracia representativa liberal.

O desenho da revisão sistemática da literatura partiu da *questão orientadora* supracitada. As referências selecionadas com base nos *descritores* democracia, capitalismo, socialismo, liberalismo e participação política possibilitaram a escolha de obras de referência sobre a temática da teoria democrática e da participação no *campo da Ciência Política* e *Economia Política*. Esse recorte analítico apresenta posicionamentos teóricos diversos, denotando aproximações e diferenças de perspectivas acerca da democracia nos livros selecionados. Lembramos que a escolha de livros apresenta vieses que demandam complementação de leitura em artigos publicados recentemente nos periódicos dos campos científicos selecionados, sobretudo para comparar o estado da arte das discussões sobre a teoria democrática











e a participação, bem como, a sua aplicação em estudos de casos através da pesquisa aplicada em escalas diferentes da experiência democrática.

Nas próximas cinco seções deste artigo, discutimos o trajeto metodológico da revisão sistemática da literatura, os eixos sobre teoria democrática e participação, as concepções democráticas em disputas e as contradições do capitalismo. Nas conclusões, demonstramos como as contradições históricas do capitalismo colocam em xeque a perspectiva contra-hegemônica a democracia liberal representativa.

2. A teoria democrática e as disputas de sentido sobre a democracia no capitalismo

É precisamente na obra *O futuro da democracia*, onde Norberto Bobbio disserta sobre *o prosseguimento do processo de democratização do sistema internacional* (BOBBIO, 2000, p.13). E como se faz sentir principalmente nas partes iniciais do texto, a perspectiva de Bobbio diante da democracia é de que não podemos pensar nem em fim da democracia e, tampouco que a democracia, no seu estado atual de transformações, esteja gozando de uma ótima saúde. Ao explicar os percalços, os diálogos, o ponto de vista assumido e a forma a qual deu ao livro, que é uma reunião de textos sobre questões correlatas à democracia, Bobbio (2000, p.22) define democracia como: ...um conjunto de regras de procedimento para a formação de decisões coletivas, em que está prevista e facilitada a participação mais ampla possível dos interessados.

Deixando bem claro os perigos de se fazer previsões do futuro, sejam de que tipo forem, o modo como o autor perspectiviza o destino da democracia é fazendo observações sobre o estado atual dos regimes democráticos (BOBBIO, 2000, p.30). Dando um maior destaque a sua definição mínima de democracia, no ensaio escrito sobre o destino da democracia, vemos que tal prognóstico, por certo perigoso, deve implicar na compreensão da democracia como um contraponto a toda e qualquer forma de governo autocrático. É a partir deste princípio que Bobbio (2000), como já adiantamos, entende a democracia como regras primárias ou fundamentais que













REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA Formação da Consciência de Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE DE LUKÁCS

definem quem está autorizado ou não a tomar decisões coletivas e por meio de quais procedimentos. Ao longo deste e do ensaio seguinte, o autor tenta deixar claros os discursos acadêmicos e não-acadêmicos em torno do tema, apontando ao final deste ensaio, as dinâmicas que fundamentam as ideias de democracia representativa e democracia direta.

Uma análise sobre a situação atual da democracia deve levar em conta da mesma forma o que o Bobbio (2000) entende como uma reflexão sobre os contrastes entre ideais democráticos e a democracia real, em termos de um socialismo real. Esta dinâmica é o que transformou na história os ideais nobres em matéria bruta, a exemplo das passagens da Grécia para a Roma e do iluminismo russo para a revolução russa ou ainda, as várias formas que o pensamento liberal e democrático de Locke, de Rousseau, de Tocqueville ou de Stuart Mill puderam suscitar. Para Bobbio (2000, p.34), é mais do resultado destes sentimentos nobres que devemos problematizar, ...em outras palavras, devemos examinar o contraste entre o que foi prometido e o que foi efetivamente realizado.

Entre estas consequências, uma primeira foi o nascimento da sociedade pluralista, na qual a comunidade – especialmente em sentido político – é resultado da ação de vontade dos seus indivíduos. Partindo das ideias de um Estado de natureza, da economia política e dos ideais de coletividade, tem-se um deslocamento entre os ideais de uma sociedade de indivíduos soberanos e a matéria bruta, que é o surgimento de Estados democráticos nos quais os sujeitos relevantes eram sempre parte de um grupo e, portanto, são os grupos e não os indivíduos os protagonistas da vida política de uma comunidade.

Desse mote vincula-se o que Bobbio esclarece como sendo a configuração da democracia moderna, nascida como democracia representativa em contraposição à democracia dos antigos (BOBBIO, 2000, p. 36). Este ideal democrático reverbera entre nós, segundo o autor, uma das muitas ambivalências modernas, pois o que entendemos como mandato livre é uma transferência da soberania do rei para a soberania eleita pelo povo, já que ... jamais uma norma constitucional foi mais violada













que a da proibição de mandato imperativo (BOBBIO, 2000, p. 37). As regras postas funcionam no sentido de uma combinação falha entre o interesse geral e o interesse particular, e há sempre a concretude de a representação da coletividade vir sempre atrelada a uma representação dos interesses políticos de um grupo ou partido. Isto, segundo o autor, vem se instaurando na maior parte dos Estados Democráticos no contexto do capitalismo.

Ainda, entre "as promessas não cumpridas", está a derrota do poder oligárquico. Isso porque a presença de elites no poder ainda é sentida em várias comunidades pelo mundo. É uma das formas de manutenção da regra para quem decide sobre os interesses da coletividade, o que na verdade contrasta com um dos mais fortes ideais políticos que é o da eliminação do poder tradicional entre governados e governantes.

Da mesma forma, uma das características dos regimes democráticos atuais é a questão do problema do espaço limitado, colocado nos termos de uma insuficiência ou uma impossibilidade de um regime democrático ocupar no espaço qual se deva exercer um poder para tomar decisões por todo um grupo social. Nesse ponto surge uma outra discussão, em relação ao modo como a democracia real não pôde apagar o que o autor chama de poder invisível. Essa perspectiva de eliminar das sociedades atuais o poder invisível e de dar forma a um governo cujas ações pudessem ser conduzidas na visibilidade, desenvolvidas publicamente, é outra regra que funciona e da qual temos que direcionar esforços. A obra *O futuro da democracia* parece apontar a necessidade de os sujeitos sociais busquem meios para que as grandes decisões que a eles dizem respeito não sejam tomadas de forma secreta, o que mostra a disparidade entre o ideal pretendido e a falta de visibilidade dos atos praticados pelo governo.

Nessa agenda, certamente os enfrentamentos colocam muitos problemas, como a educação para a cidadania, a partir da qual uma autonomia iria possibilitar um Estado Democrático a partir da dimensão crítica e reflexiva dos cidadãos diante dos regimes democráticos e de suas formas de governar. Essa é uma das várias













reflexões possibilitadas pelo autor, apontando que, ao invés de uma tendência ao "voto consciente", o que mais vemos é se fortalecer uma apatia política e um descaso cada vez maior em relação ao próprio sistema político.

Como vai argumentar no seu texto, Bobbio (2000) indica que as promessas da democracia real não foram cumpridas por causa de obstáculos que foram surgindo, entre eles, o aumento do governo dos técnicos, a partir da transição da economia familiar para a economia de mercado. Com estas transformações nas regras do jogo, aumentam-se os problemas políticos que requerem competências técnicas.

Outro obstáculo para a não realização dos ideais democráticos é o contínuo crescimento do aparato burocrático, somando-se ao baixo rendimento do sistema democrático, nos colocando diante de um problema que nos últimos anos deu vida ao debate sobre a chamada 'ingovernabilidade' da democracia (BOBBIO, 2000, p. 48). No plano da democracia real, o que se pode verificar segundo a perspectiva do pensador político italiano é que os Estados liberais juntamente com o democrático contribuíram para a emancipação civil, em termos de liberdade — liberdades de impressa, de reunião e de associação, formas de o sujeito reivindicar junto ao governo vantagens, benefícios, facilidades e uma melhor distribuição dos recursos. Para Bobbio (2000), é justamente esse estado de coisas a causa do baixo rendimento do regime democrático, pois mais liberdade implicou mais demanda e, por sua vez, gerou uma sobrecarga nessa emissão de demandas em ritmo acelerado, e uma dificuldade resultante em dar respostas a tais demandas.

Apesar disto, como desde o prefácio do livro o seu autor indica, não é para esperarmos uma visão catastrófica do futuro da democracia. Em todo caso, as regras do jogo estão postas, cabe a nós jogá-las.

Para Schumpeter (1984) é no exercício do poder político que se abre a perspectiva para questionarmos a nossa experiência democrática em sua historicidade, aliás, entendendo democracia como um *método político*, um *arranjo institucional para se alcançarem decisões políticas – legislativas e administrativas* (SCHUMPETER, 1984, p. 304).













No início do livro *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, com base em sua leitura de textos clássicos, Schumpeter (1984) coloca os limites do capitalismo como vetor para o deslocamento entre o socialismo e a democracia, pois segundo o autor, não podemos pensar efetivamente em democracia enquanto houver um poder político capitalista. Em vistas de uma reflexão social, não se trata também de pensar algo como uma democracia dissociada das figuras das elites dominantes, o que acarretaria em uma análise idealizada e utópica da democracia.

Cabe aqui, destacar que a perspectiva schumpeteriana de democracia é herdeira e fiel continuadora da concepção weberiana de democracia entendida como fórmula política utilizada pelos governantes para manter o sistema de dominação. A democracia moderna é a democracia representativa liberal fruto da tradição do elitismo político. A perspectiva contra-hegemônica da democracia é entendida como sinônimo de auto-organização e autogoverno popular (SANTOS, 2002; WOOD, 2003).

3. Capitalismo e democracia em Ellen Wood e David Harvey

A historiadora marxista constrói a sua crítica à democracia liberal, na qual o capitalismo e a democracia são incompatíveis, e de que modo o capitalismo se desenvolve possibilitando o surgimento de uma democracia moderna contrahegemônica. Para Wood (2003) a democracia representativa liberal não favorece o diálogo e a representação entre governantes e governados, há uma crescente concentração do poder político e econômico colocando em detrimento a participação ativa e a cidadania, fragilizando a democracia substantiva.

Vale destacar como uma das principais contribuições da obra Origem do Capitalismo é a crítica aos pós-marxistas que fragmentam a luta política dissociando da luta de classe. Apresentando uma reinterpretação das relações entre classe, ideologia e política, avaliando as interrelações entre Socialismo e Democracia, para perspectivizar a democracia socialista e a democracia liberal Wood (2001).







APOIO







REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA Formação da Consciência de Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE DE LUKÁCS

Nesse sentido, Wood (2003) argumenta sobre a importância da esfera política para superar o modo de produção capitalista, partindo do materialismo histórico como ferramenta analítica adequada para confrontar o capitalismo, bem como, a ideologia burguesa. Para ela, é urgente entender as contradições do capitalismo, evitando os determinismos do economicismo que inibem a constituição do sujeito democrático, a efetivação dos direitos de cidadania e a abertura democrática para o processo político entre os atores estatais e da sociedade civil, sobretudo, diante das influências do capital financeiro internacional e a abertura para o neoliberalismo (WOOD, 2014, p.10).

É interessante observar a luz do materialismo histórico e dialético que as contradições impostas pelo capitalismo a democracia moderna revelam que mesmo diante da totalidade de direitos conquistados pela classe trabalhadora, o imperialismo coloca o Estado Democrático de Direito em xeque, na medida em que não garante o mínimo existencial aos cidadãos e a constituição dos sujeitos democráticos nas lutas pelos direitos de cidadania e pela justiça social (WOOD, 2014).

De fato, como bem acentua o geógrafo e marxista britânico David Harvey (2016, p.2): cabe entender as contradições fundamentais do capital porque ele cria abstrações reais: busca reduzir a diversidade da natureza e do humano a meros momentos de sua reprodução, a ponto de ameaçar a vida no globo.

Nas palavras de Harvey (2016) o capital e o capitalismo representam historicamente para a humanidade uma máquina de alienação com a exploração da natureza e do humano. Daí o aumento das contradições e das desigualdades sociais, revelando, por exemplo, a pressão autoritária de governos para reprimir as reivindicações dos movimentos populares.

Partindo desses pontos, Wood (2003) e Harvey (2016) sinalizam que as contradições impostas pelo capitalismo à democracia moderna são a passividade, a universalidade do formalismo no sistema de representação do governo, a reprodução social das desigualdades diante da lógica do capital e sua reprodução, inibindo a cultura cívica e a cidadania substantiva, na medida em que a cultura do













individualismo, da possessividade e desumanização universal reforçam os limites aos sujeitos democráticos. Harvey (2016) é bem pontual ao apresentar as contradições fundamentais, mutáveis e perigosas do capitalismo, alertando que toda contraposição ao capitalismo e ao capital demandam conhecê-las.

4. Desafios da democracia participativa no Brasil

A Constituição Federal de 1988 instituiu a possibilidade de participação direta da população e dos segmentos organizados da sociedade civil nas decisões dos governos e do Estado, estabelecendo novos padrões de relacionamento entre o Estado e a sociedade civil na gestão pública brasileira (SANTOS, 2002).

Na razão constitucional, diferentes previsões normativas asseguram formas de participação com respeito à soberania da vontade e as proposições de iniciativa popular, a saber: Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos e, nos termos da lei, mediante: I - plebiscito; II - referendo; III - iniciativa popular. (BRASIL, 2004, p. 24).

A discussão da democracia participativa carece de investigações que aprofundem o olhar sobre a dimensão política das ações dos atores relevantes e suas organizações envolvidas no processo de gestão pública de forma democrática e pluralista. Os temas da descentralização e da participação política constituem-se em princípios fundamentais para a democracia participativa no Brasil (AVRITZER, 2016).

A abertura para novos atores sociais em Instituições Participativas, tais como, os orçamentos participativos e conselhos gestores têm mostrado serem condições fundamentais para que as demandas da população ganhem visibilidade. A partir dessa prática, a gestão pública no Brasil abre espaço para a participação popular em todos os níveis de governo, buscando democratizar a vida social e ressignificar a ação política. Sobre a dinâmica democrática no Brasil pós-80 escreve Avritzer (2016, p.13): A democracia brasileira é identificada no mundo inteiro pela marcante presença de movimentos e de atores sociais, que gerou uma forma sui generis de participação institucionalizada.











REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA Formação da Consciência de Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE DE LUKÁCS

Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988 fundamentou na nossa perspectiva democrática semidireta com os princípios da participação e descentralização políticas, por exemplo, no Art. 198 - As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado... I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo; III - participação da comunidade (BRASIL, 2004, p. 117). Também, nos Artigos, 204 e 206 respectivamente: II – participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis e IV – Gestão democrática do ensino público, na forma da lei. (BRASIL, 2004, p. 121).

A década de 90 no Brasil foi marcada pela institucionalização de arranjos políticos participativos, entre eles, as conferências setoriais de políticas públicas de educação, saúde e habitação em nível municipal, estadual e federal, orçamentos participativos, conselhos gestores e ouvidorias públicas. No transcurso histórico dessa experiência democrática há diferentes desafios culturais, políticos e institucionais no Brasil.

Como já vimos, a influência do capital e da perspectiva neoliberal provoca questões estruturais na dinâmica econômica e política. Os anos 2000 revelam a mudança significativa das experiências democráticas participativas no Brasil, sendo que as novas questões em pauta são: os territórios de cidadania como espaço de poder, a efetivação dos direitos de cidadania, a efetividade de políticas públicas nos governos locais de perfil democráticos abertos à participação ativa dos cidadãos, institucionalização de instrumentos de controle social, por exemplo, os conselhos gestores.

Ao mesmo tempo, assistimos em muitos municípios brasileiros os desafios e impasses na afirmação da democracia participativa local que conte com uma sensibilidade e vontade participativa dos cidadãos para a ações políticas. Uma ação conjunta que conjugue forças e competências da sociedade e do governo, no intuito de uma gestão dos problemas públicos no espaço de vida local, permitindo uma













esfera dialógica e comunicativa entre os movimentos sociais e atores relevantes na vida política e social.

Esse processo de democratização encontra diferentes desafios pela frente diante da lógica de desenraizamento humano provocada pelo capital e o capitalismo, e, dessa forma, os desequilíbrios herdados concorrem para uma cultura de invenção do novo. Queremos dizer, que existe uma simbiose do moderno e do tradicional na cultura política brasileira. Isto acaba por reforçar uma cultura de não participação, de práticas tradicionais a favor do monopólio de informações pelos técnicos e dirigentes administrativos, uma certa prefeiturização em nível local do processo político decisório, denotado por baixa transparência e publicização das ações governamentais.

A reflexão sobre os desafios da democracia participativa na experiência brasileira, nos leva a questões sistêmicas da participação e da cidadania substantivas, por exemplo, em que medida se dá a participação dos atores sociais no controle social e qual o grau de representatividade dos atores envolvidos? Afinal, existem ações que demonstram a concentração e a centralização do poder político e econômico ao demonstrarem a preocupação em atender os interesses do mercado ou da população?

É nesse cenário de coisas que encontramos os desafios de revalorização da democracia participativa no Brasil, pois muitos arranjos participativos foram cooptados, tornando-se extensões do domínio político e econômico das classes dominantes, extensões do domínio dos ricos sobrepondo o *demo*s, visto que controlam a condição de sujeitos democráticos dos atores envolvidos. Uma armadilha representativa que ao invés de concorrer para sedimentar uma nova cultura política e cívica, uma nova racionalidade política e institucional, acaba por podar a participação ativa dos diferentes atores sociais.

5 CONCLUSÃO













Fica claro o fato de que a participação política e a cidadania substantivas são condições fundamentais para uma proposta democrática contra-hegemônica à democracia representativa liberal do capitalismo. Partilhar as responsabilidades públicas significa criar uma outra perspectiva para o engajamento do cidadão numa eficácia mais humana da ação política em prol da justiça social com equidade diante das contradições impostas pelo capitalismo.

As críticas direcionadas à concentração de poder político e econômico no sistema capitalista nos mostram que a desigualdade econômica e social, que é inerente ao capitalismo, desvaloriza a efetivação da cidadania e consequentemente prejudica o exercício da democracia por parte de boa parte da população. Ampliar a participação social é o caminho para efetivação de uma democracia contrahegemônica.

No contexto do capitalismo, a implementação da democracia participativa enfrenta várias contradições e desafios. Algumas dessas contradições é a desigualdade econômica marcada pela concentração de riqueza e poder nas mãos da minoria privilegiada. Essa contradição cria desigualdades, o que pode dificultar a participação igualitária e efetiva dos cidadãos na tomada de decisões democráticas. Aqueles que possuem maior riqueza e influência têm maior recurso para participar efetivamente, enquanto os vulneráveis encontram mais barreiras para se envolverem no processo político e exercerem a sua capacidade de influência na cobrança dos representantes políticos diante das relações de forças entre os atores.

Por isso, as lutas por políticas públicas sociais são necessárias para a efetivação da cidadania e, consequentemente, para o exercício de uma democracia participativa que contemple uma maior parte da população, com especial atenção para as situações de vulnerabilidade social. Tudo isso parte de uma crítica à concepção hegemônica da democracia liberal, no âmbito do sistema capitalista.

REFERÊNCIAS







APOIO







AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BRASIL, Governos Federal. (2004). *Constituição Federal 1988*. Brasília: Governo Federal.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia.** Tradução Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CARRIÓN, Luis Salazar. **Democracia o posdemocracia?** Problemas de la representación política em las democracias contemporâneas. México: Edicion Fontamara, 2014.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

COLLIER, D S e Levitsky, Steven. Democracy with Adjectives: Conceptual Innovation in **Comparative Research World Politics** - V 49, N 3, 1997.

DAGNINO, E. (org.) **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DAHL, Robert A. **Sobre a democracia**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

_____. **A democracia e seus críticos**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

. **Poliarquia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

HARVEY, David. **17 Contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016, 348p

KURZ, Robert. **O colapso da modernidade**: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 16-45; 165-222, 1993.

NASCIMENTO, Jeffeson Ferreira do. **Ellen Wood:** o resgate da classe e a luta pela democracia. Curitiba: Appris Editora, 2019.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, 80p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.







APOIO





SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **A democracia impedida**: o Brasil no século XXI. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada**: o debate contemporâneo. São Paulo: Ática, 1994.

____. **A teoria da democracia revisitada**: as questões clássicas. São Paulo: Ática, 1994.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1984.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Dilemas del capitalismo contemporáneo, las ciencias sociales y la geopolítica del siglo xxi**. *Estudios sobre las Culturas Contemporaneas*, Colima, México. Universidad de Colima diciembre, año/vol. V, número 010. p. 39-60, 2000.

WOOD, Ellen Meiksins. **A origem do capitalismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

____. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003.

____. O império do capital. São Paulo: Boitempo, 2014.











